

---

# INTRODUÇÃO

Os nomes próprios de pessoa fazem parte do nosso cotidiano e estão presentes em quase todos os atos que realizamos. Em uma apresentação pessoal, seja em um contexto formal, seja informal, empregamos nossos nomes. Para fazer referência a um amigo, um parente, um vizinho, uma personalidade, etc., citamos o nome de cada pessoa. Para chamar alguém, também é muito comum que usemos algum nome próprio se conhecemos uma ou mais denominações do indivíduo. Essas funções de nomeação, referência ou interpelação são comuns no dia a dia de qualquer cidadão.

Com frequência, encontramos notícias nos meios de comunicação sobre a escolha de nomes de pessoas célebres. A cantora Sandy, por exemplo, teve de explicar publicamente o motivo pelo qual escolheu o nome do filho, *Theo*, e afirmou que queria um nome simples, curto, que combinasse com o sobrenome (Lima), mas que não soasse muito estranho em outra língua (GONZÁLEZ, 2015).

Como o nome próprio é algo muito pessoal, sua alteração também é fato que desperta interesse. Um ano após a regulamentação da averbação do prenome e gênero de pessoas transgênero, a *Folha de S. Paulo* divulgou levantamento feito pela Arpen-Brasil (Associação Nacional de Registradores de Pessoas Naturais)

segundo o qual 2.033 pessoas mudaram de nome nesse período. Os dez prenomes mais escolhidos foram *Bernardo, Bruna, Maria, Pedro, Fernanda, Victor, Rafael, Gabriela, Rafaela e Julia* (MAIA, 2019).

Em período eleitoral, também sempre se dá repercussão midiática aos nomes de urna escolhidos pelos candidatos, como é o caso da análise apresentada por Martins J. (2018), para quem a diversidade e o exotismo de muitos nomes de urna indicam uma sociedade fragmentada e uma pobreza política.

Os fatos acima demonstram o interesse que todos temos em conhecer o nome do outro e falar sobre o assunto. Não se trata apenas de exemplos de fatos curiosos, mas de um objeto de estudo que pode ser de interesse de linguistas, psicólogos, sociólogos, cientistas políticos, juristas, etc. Nos estudos da linguagem, os nomes próprios de pessoa, denominados *antropônimos*, são tema de pesquisa há vários séculos.

A Onomástica é a área do conhecimento que tem como objeto de estudo os nomes próprios. Como os antropônimos constituem um subconjunto desses nomes, damos o nome de *Antroponomástica* à subárea da Onomástica que investiga os nomes próprios de pessoa. Esta obra, portanto, se insere no conjunto de trabalhos da Antroponomástica e tem como objetivo apresentar ao leitor uma descrição e uma análise dos nomes próprios de pessoa na língua portuguesa do Brasil.

Além desta introdução, o livro está organizado em 8 capítulos. No capítulo 1, apresentamos um panorama dos estudos onomásticos. Após a exposição de um breve histórico das pesquisas na área, são comentadas especificidades da história dos estudos antroponomásticos tanto no exterior quanto no Brasil. O objetivo é apresentar ao leitor um recorte do que se tem pesquisado sobre os nomes de pessoa.

No capítulo 2, tratamos dos nomes próprios como uma categoria de palavras da língua que inclui diferentes entidades que recebem um nome individualizado. São apresentadas e discutidas as características principais dos nomes próprios, o que nos leva a uma proposta tipológica de nomes próprios. Nesse mesmo capítulo, discutimos a presença dos nomes próprios na legislação brasileira.

A proposta tipológica dos nomes próprios apresentada no capítulo 2 serve como ponto de partida para o capítulo 3, em que tratamos especificamente da diversidade interna do conjunto de nomes de pessoa. Considerando a divisão entre nomes do registro civil e nomes não pertencentes ao registro civil, é apresentada uma classificação de antropônimos que inclui, no primeiro caso, prenome, sobrenome e agnome e, no segundo caso, apelido, hipocorístico,

pseudônimo, codinome, heterônimo, nome artístico, nome de guerra, nome religioso, nome social, nome de urna e nome parlamentar. Embora os critérios empregados para a distinção dos tipos de antropônimos sejam diferentes, o que se justifica pelo caráter linguístico e extralinguístico do nome próprio, acreditamos que a proposta tenha capturado grande parte das características relevantes da antroponímia brasileira.

Aspectos morfológicos e sintáticos dos antropônimos são abordados no capítulo 4, que se inicia com o tema da grafia, sempre lembrado na hora de se falar em nomes próprios. Em seguida, tratamos de questões como gênero, número e derivação morfológica. Na seção relativa à sintaxe, são analisadas as diferentes composições sintagmáticas em que o antropônimo pode ocorrer. O capítulo apresenta uma seção final com o tema da ausência/presença de artigo diante de antropônimos, que tem sido objeto de pesquisa de pós-graduação no Brasil desde os anos 1990.

Devido à proficuidade do tema, os aspectos semânticos dos antropônimos são tratados em dois capítulos. No capítulo 5, partimos das teorias da lógica e da filosofia da linguagem que se ocuparam do nome próprio. São discutidas as teorias que, desde o século XIX, têm inquietado os pesquisadores, incluindo a chamada descritivista ou teoria do sentido, a teoria referencial direta ou teoria causal e a teoria do predicado de denominação.

O capítulo 6 continua a discussão sobre a semântica do nome próprio, explorando as contribuições de um dos precursores da área, Michel Bréal, e também as de Saussure. Em seguida, são tratadas questões semânticas mais recentes e apontadas outras perspectivas de análise que extrapolam o quadro teórico de uma semântica mais formal.

A relação entre os nomes próprios e o léxico comum é tratada no capítulo 7. Em um primeiro momento, discutimos o processo de derivação dos nomes próprios. Em seguida, são analisados casos de itens derivados de antropônimos em língua portuguesa, tomando como exemplos as ocorrências de nomes de invenções ou descobertas, nomes de marca, nomes de antropônimos ficcionais e nomes de teorias, doutrinas e crenças.

O capítulo 8 está dedicado à interface entre o estudo linguístico e outras áreas de pesquisa. O estudo dos antropônimos dos textos literários é o foco da primeira seção, em que analisamos usos baseados na etimologia, usos baseados na norma, usos transgressores e ainda apresentamos uma análise da obra do poeta curitibano Paulo Leminski. Em seguida, analisamos casos de antropônimos em processos de migração, tratando de migrantes japoneses e lituanos.

Ao longo da obra, analisamos dados de diferentes fontes. Sempre que possível, procuramos discutir aqueles apresentados em diversos trabalhos de Onomástica e de áreas afins, publicados, no Brasil e no exterior, em artigos científicos, livros, dissertações e teses. Além disso, coletamos e analisamos dados de origens diversas, seja de sites institucionais, como o portal *Nomes no Brasil*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o *Portal da Transparência do Registro Civil*, seja de textos da imprensa nacional, como o jornal *Folha de S.Paulo*, seja de textos literários. Em outras situações, usamos também dados de introspecção, os quais sempre foram checados com falantes do português brasileiro. Acreditamos que a diversidade de dados contribui para uma melhor compreensão da nossa antroponímia.

Além da diversidade de dados, tivemos também uma preocupação didática: os oito capítulos são finalizados com uma seção em que procuramos sintetizar, de modo didático, o conteúdo tratado. Ao final do livro, apresentamos as considerações finais e perspectivas, com as quais pretende-se estimular o leitor a seguir as leituras sobre o tema. Em vários pontos do livro, há indicação de temas que merecem novas pesquisas. Isso se deve ao fato de que as pesquisas em Onomástica no Brasil, sobretudo as de Antroponomástica, precisam de maior investimento e de divulgação. Por esse motivo, procuramos também estimular o leitor interessado a explorar esse campo de estudo.

Para finalizar esta introdução, gostaríamos de registrar que esta obra é o resultado de uma parceria interinstitucional desenvolvida pelos autores. De um lado, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e, de outro, o Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Como intermediário, encontra-se o Grupo de Trabalho (GT) de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), do qual os autores fazem parte e que propiciou vários encontros presenciais e não presenciais para que este livro fosse, aos poucos, sendo idealizado e elaborado. Gostaríamos de agradecer aos colegas do GT, que sempre colaboraram com críticas e sugestões ao que apresentamos para o grupo. Um agradecimento especial deixamos à professora Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), que gentilmente aceitou prefaciá-la. Agradecemos também aos alunos dos cursos sobre Onomástica que sempre levantaram questões e apresentaram sugestões durante as aulas, tanto na UFMG quanto na UNIOESTE.